



**PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA ESTAGIÁRIOS DE PÓSGRADUAÇÃO NO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**

A PRESIDENTE DA COMISSÃO DESIGNADA PELA PORTARIA Nº 213/2021 – GP/TCE, publicada no Diário Eletrônico do TCE/RN nº 2934, do dia 03 de novembro de 2021, no uso de suas atribuições e com fundamento nos arts. 3º e 7º, da Resolução nº 024/2021-TC, que regulamenta e institui o Programa de Estágio no âmbito do TCE/RN, torna públicos os cadernos de provas objetivas e os respectivos gabaritos do processo seletivo para preenchimento de vagas imediatas e formação de cadastro de reserva para estágio remunerado de pós-graduação no Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE/RN):

CIÊNCIAS CONTÁBEIS

1	A	11	C	21	C	31	B
2	D	12	C	22	C	32	B
3	B	13	A	23	A	33	B
4	A	14	D	24	A	34	D
5	C	15	B	25	D	35	C
6	A	16	D	26	B	36	C
7	B	17	A	27	C	37	A
8	B	18	C	28	A	38	D
9	D	19	B	29	D	39	C
10	D	20	A	30	D	40	B

DIREITO

1	C	11	A	21	B	31	C
2	C	12	D	22	B	32	C
3	A	13	B	23	B	33	A
4	D	14	A	24	D	34	A
5	B	15	C	25	C	35	D
6	D	16	A	26	C	36	B
7	A	17	B	27	A	37	C
8	C	18	B	28	D	38	A
9	B	19	D	29	C	39	D
10	A	20	D	30	B	40	D

ENGENHARIA CIVIL

1	B	11	C	21	A	31	C
2	B	12	C	22	D	32	C
3	B	13	A	23	B	33	A
4	D	14	A	24	A	34	A
5	C	15	D	25	C	35	B
6	C	16	B	26	A	36	D
7	A	17	C	27	B	37	D
8	D	18	A	28	B	38	C
9	C	19	D	29	D	39	B
10	B	20	D	30	D	40	A

Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, em Natal/RN, 06/12/2021.

Marise Magaly Queiroz Rocha
Presidente da Comissão
Portaria nº 213/2021 – GP/TCE

**PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA ESTAGIÁRIOS DE PÓS-GRADUAÇÃO NO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
(EDITAL Nº 001/2021 – TCE/RN)**

ÁREA DE FORMAÇÃO: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

NOME DO CANDIDATO(A): _____

NÚMERO DE INSCRIÇÃO: _____ **CPF:** _____



CADERNO DE PROVA OBJETIVA:

PARTE I (CONHECIMENTOS GERAIS) E PARTE II (CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS)

Instruções:

- Este caderno contém 40 (quarenta) questões do tipo múltipla escolha, com quatro opções (A, B, C e D), sendo 10 (dez) questões de Conhecimentos Gerais e 30 (trinta) questões sobre Conhecimentos Específicos, conforme conteúdo programático contido no Edital.
- Na folha de respostas o(a) candidato(a) deverá preencher apenas o campo correspondente a letra que contém à resposta julgada correta.
- Não serão permitidas a comunicação entre os candidatos e a utilização de máquinas calculadoras ou similares, livros, anotações, réguas de cálculo, impressos ou qualquer outro material de consulta, inclusive códigos e (ou) legislação.
- Durante a realização das provas o(a) candidato(a) somente poderá portar a caneta esferográfica de tinta preta fabricada em material transparente e documento de identidade original.
- Não será permitido o uso de lápis, lapiseira/grafite, marca-texto e (ou) borracha durante a realização da prova.
- Será eliminado o candidato que, durante a realização das provas, for surpreendido portando: a) aparelhos eletrônicos, tais como: máquinas calculadoras, agendas eletrônicas ou similares, telefones celulares, smartphones, tablets, iPod, gravadores, pendrive, mp3 player ou similar, qualquer receptor ou transmissor de dados e mensagens, bipe, notebook, Walkman, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc.; b) relógio de qualquer espécie, óculos escuros e protetor auricular; c) quaisquer acessórios de chapelaria, tais como: chapéu, boné, gorro etc.
- O ingresso e a permanência de candidato(a) no local de aplicação das provas será condicionado à utilização de máscara de proteção individual que cubra total e simultaneamente boca e nariz.
- A recusa em utilizar a máscara corretamente implicará a eliminação da prova e a retirada do(a) candidato(a) do local de aplicação.
- O(a) candidato(a) poderá portar álcool em gel, desde que em material transparente, para uso pessoal.
- Poderá ser solicitado ao(à) candidato(a) que retire a máscara, durante toda a realização do concurso para a vistoria visual.
- Somente serão permitidos lanches de rápido consumo, desde que armazenados em material transparente e sem rótulos que impeçam a visualização de seu conteúdo.
- O(a) candidato(a) deverá retirar a máscara apenas para se alimentar e recolocá-la imediatamente após terminar.
- O(a) candidato(a) poderá portar garrafa de água em material transparente e sem rótulo.
- A prova terá duração máxima de 3 (três) horas, no período das 09h00min às 12h00min.
- O(a) candidato(a) deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização das provas por, no mínimo, 1h30min após o seu início. A inobservância acarretará a eliminação do(a) candidato(a) do processo seletivo.
- O(a) candidato(a) somente poderá retirar-se levando consigo o caderno de provas após 2h30min do início das provas.
- Os 3 (três) últimos candidatos deverão permanecer nas respectivas salas até que o(a) último(a) candidato(a) entregue a prova.

PARTE I – CONHECIMENTOS GERAIS.

1. Nos termos do Regimento Interno, o Tribunal de Contas do RN é dirigido por um Presidente, eleito dentre os seus membros, conjuntamente com um Vice-Presidente, para mandato de dois anos, em sistema de rodízio, de livre escolha. Segundo o regimento, a reeleição do atual Presidente para segundo mandato contínuo no mesmo cargo:

- a) É vedada.
- b) É vedada, exceto quando o Presidente obtiver a maioria de dois terços dos votos da totalidade dos membros do Tribunal, incluindo os Auditores substitutos de Conselheiros, sendo, neste caso, considerado reeleito.
- c) É permitida em todos os casos.
- d) É permitida, desde que obtenha parecer favorável do Ministério Público de Contas.

2. Nos termos do Regimento Interno, as suspeições e impedimentos de Conselheiros serão arguidos voluntariamente por estes ou pelas partes interessadas. Os casos de suspeição ou impedimento:

- a) Poderão ser arguidos a qualquer tempo, exceto durante a própria sessão designada para julgamento.
- b) Reconhecidos pelo excepto ou pelo Tribunal ensejarão ao processo sua regular tramitação sem a designação de substituto ou novo Relator, exceto se o recusado for o Presidente do Tribunal, hipótese em que a substituição ocorrerá na ordem estabelecida na legislação.
- c) Serão julgados independentemente das disposições previstas no Código de Processo Civil.
- d) Não reconhecidos pelo excepto serão decididos pelo Tribunal em sessão secreta, por maioria simples de voto, com participação do Ministério Público junto ao Tribunal.

3. O Auditor do Tribunal de Contas do RN também é chamado de Conselheiro-Substituto nos termos na Lei Complementar Estadual nº 625/2018. Segundo o Regimento Interno do TCE/RN, os Auditores:

- a) Desde que contem com mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional e tenham idoneidade moral e reputação ilibada, poderão ter menos de trinta e cinco anos de idade.

- b) Quando em substituição ao Conselheiro, tem as mesmas garantias e impedimentos dos titulares, e quando no exercício das demais atribuições da judicatura, as de Juiz da mais alta entrância.

- c) Sempre votarão nos processos cuja instrução presidirem.

- d) Atuarão, todos, perante o Pleno do Tribunal, não integrando as Câmaras de Contas, exclusivas de Conselheiros titulares.

4. Os membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do RN:

- a) Terão vista dos autos se novos documentos ou alegações forem juntados ao processo após o seu pronunciamento.

- b) Podem requerer e opinar, somente por escrito, em todas as matérias sujeitas à decisão da Corte.

- c) Participam das sessões, com direito a voto, e intervêm, obrigatoriamente, nos processos de prestação ou tomada de contas.

- d) Serão os últimos a serem ouvidos antes do julgamento de recurso interposto por eles.

5. Nos termos do Regimento Interno, a Secretaria de Controle Externo, subordinada diretamente ao Presidente, executa as atividades de controle externo a cargo do Tribunal. Por outro lado, a Secretaria de Administração Geral tem por finalidade acompanhar e supervisionar os serviços de apoio administrativo necessários ao desempenho da função institucional do Tribunal, em consonância com o planejamento estratégico e as diretrizes da Presidência. A respeito das referidas Secretarias e dos servidores que nelas atuam, assinale a alternativa correta:

- a) A Secretaria de Controle Externo tem a atribuição exclusiva de propor ao Presidente do Tribunal a lotação e remoção dos servidores.

- b) As atividades de expediente, de gestão de material e patrimônio, de administração orçamentária e financeira, de pessoal e gerencial do Tribunal são a principal atribuição da Secretaria de Controle Externo.

- c) Ao servidor no exercício das atividades funcionais é vedado atuar em processo de interesse próprio, de cônjuge, de parente consanguíneo ou afim, na linha reta ou na colateral, até o segundo grau, ou de amigo íntimo ou inimigo capital, assim como em processo em que tenha funcionado como advogado, perito ou servidor do Controle Interno.

d) A Secretaria de Administração Geral assessora a Presidência do Tribunal no encaminhamento dos pedidos de fiscalização formulados pelo Poder Legislativo.

6. Acerca das competências do TCE/RN dispostas em seu próprio Regimento Interno, compete ao Tribunal de Contas do RN:

- a) Julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos das unidades dos poderes do Estado, dos Municípios e das entidades de sua administração direta e indireta, nestas incluídas as autarquias, fundações públicas, fundos especiais, sociedades instituídas ou mantidas pelo poder público estadual e municipal, as entidades do terceiro setor e outras qualificadas na forma da lei para prestação de serviços públicos.
- b) Fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União ao Estado, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres.
- c) Solucionar consulta formulada sobre caso concreto por órgão ou entidade sujeita à sua jurisdição sobre a interpretação de lei em matéria abrangida pelo controle externo, tendo a decisão caráter normativo.
- d) Emitir parecer prévio sobre as contas anuais dos secretários estaduais.

7. Consoante disposto no Regimento Interno do TCE/RN, NÃO compete ao Tribunal de Contas do RN:

- a) Fiscalizar o cálculo das quotas-partes e a entrega dos respectivos recursos pertencentes aos Municípios, provenientes de impostos arrecadados e recebidos pelo Estado.
- b) Aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesas ou irregularidade grave, a pena de demissão.
- c) Manter registro próprio das declarações de bens e respectivas atualizações dos dirigentes e servidores sujeitos à sua jurisdição.
- d) Fiscalizar a arrecadação da receita do Estado e dos Municípios, bem como de seus órgãos e entidades da administração direta e indireta, dos fundos e demais instituições sujeitas à sua jurisdição, verificando, quanto à presteza e eficácia, a cobrança da dívida ativa e a renúncia de receitas.

8. João, responsável por entidade dotada de personalidade jurídica de direito

privado que recebe contribuição parafiscal e presta serviço de interesse público, procurou um advogado para saber se a jurisdição do TCE/RN abrange sua atuação. Seu advogado corretamente informou que, de acordo com o Regimento Interno:

- a) Não abrange, tendo em vista que João é responsável por entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado.
- b) Sim, abrange, mas somente da parcela referente aos recursos públicos recebidos pela entidade.
- c) Sim, abrange, sobre a totalidade dos recursos administrados por João, independentemente da origem.
- d) Não abrange, tendo em vista que não há previsão regulamentar nesse sentido.

9. Nos termos do Regimento Interno, não integram o Tribunal de Contas do RN:

- a) A Ouvidoria.
- b) A Escola de Contas.
- c) O Ministério Público de Contas.
- d) A Comissão de Jurisprudência.

10. João, Prefeito de um município do Estado do RN, formulou uma consulta ao TCE/RN e estava em dúvida se o caso deveria ser decidido pelo Tribunal Pleno ou por uma das Câmaras de Contas. Em consulta ao seu advogado, ele foi corretamente informado que, de acordo com o Regimento Interno do TCE/RN:

- a) Apesar de João ser Prefeito de um município do Estado do RN, sua consulta será decidida pelo Pleno, em sessão especial.
- b) Tendo em vista que João é Prefeito de um município do Estado do RN, sua consulta será decidida por uma das Câmaras de julgamento, em sessão ordinária.
- c) Tendo em vista que João é Prefeito de um município do Estado do RN, sua consulta será decidida por uma das Câmaras de julgamento, em sessão especial.
- d) Apesar de João ser Prefeito de um município do Estado do RN, sua consulta será decidida pelo Pleno, em sessão ordinária.

PARTE II – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.

11. No âmbito municipal, o estatuto da cidade estabelece como condição obrigatória, para aprovação pela Câmara Municipal das propostas do plano

plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual, a realização de debates, audiências e consultas públicas. Nesse mesmo sentido, a Lei de Responsabilidade Fiscal introduziu em seus dispositivos a obrigatoriedade de realização de audiências públicas durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos. Esses mecanismos estão associados ao princípio do(a):

- a) Prudência.
- b) Exclusividade.
- c) Transparência.
- d) Universalidade.

12. O Estado desenvolve atividades políticas, econômicas, sociais, administrativas, financeiras, entre outras, com a finalidade de regular a vida humana na sociedade, visando ao bem comum. Nesse sentido, assinale a alternativa que apresenta o conceito de Atividade Financeira do Estado.

- a) conjunto de atos voltados para a prestação de serviços públicos que não demanda recursos financeiros.
- b) conjunto de atos que o Estado pratica no exercício de sua soberania.
- c) conjunto de atos que o Estado pratica na obtenção, na gestão e na aplicação dos recursos financeiros de que necessita para atingir seus fins.
- d) conjunto de atos voltados para identificar as necessidades públicas, carência que tem um interesse geral em determinado grupo social e é satisfeita pelo processo de serviço público.

13. Os Princípios Orçamentários visam estabelecer diretrizes norteadoras básicas, a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência para os processos de elaboração, execução e controle do orçamento público. Analise os princípios abaixo:

- I. Competência.
- II. Unidade.
- III. Imparcialidade.
- IV. Universalidade.
- V. Publicidade.
- VI. Especificação.
- VII. Exclusividade.
- VIII. Prudência.
- IX. Objetividade.
- X. Transparência.

Assinale a alternativa que apresenta os princípios orçamentários cuja existência e aplicação derivem de Leis em sentido formal, produzidos pelo órgão do Poder Legislativo competente:

- a) os itens II, IV, V, VI, VII e X estão corretos.
- b) os itens II, IV, V, VII, VIII e IX estão corretos.
- c) os itens I, III, IV, VI, VIII e X estão corretos.
- d) os itens I, II, V, VIII, IX e X estão corretos.

14. Anualmente, cada ente da federação envia, ao respectivo Poder Legislativo, projeto de lei orçamentária anual. Nos termos da Constituição Federal, entre outros, compõe a lei orçamentária anual:

- a) os planos e programas nacionais, regionais e setoriais elaborados em consonância com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias.
- b) o orçamento de investimento das empresas estatais independentes em que a União, direta ou indiretamente, participe do capital social.
- c) a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso da administração direta e indireta, e dos fundos e fundações instituídos e mantidos pelo poder público.
- d) o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo poder público.

15. No mês de setembro, o prefeito do município "SBI", visando à realização de reformas na Escola Infantil do Município, cujas despesas não haviam sido previstas no orçamento corrente e que no momento seria factível devido à existência de excesso de arrecadação, durante o exercício financeiro deveria:

- a) abrir créditos extraordinários os quais teriam vigência até o final do exercício em que foram abertos e, em seguida, dar conhecimento ao Poder Legislativo.
- b) obter autorização legislativa e, em seguida, abrir créditos especiais, cuja vigência seria até o final do exercício seguinte desde que reabertos pelo seu saldo.
- c) abrir créditos especiais e, em seguida, obter autorização legislativa; tais créditos teriam vigência até o final do exercício em que foram abertos.
- d) obter autorização legislativa e, em seguida, abrir créditos extraordinários, cuja vigência

seria até o final do exercício seguinte desde que reabertos pelo seu saldo.

16. Dentro do contexto de que o objetivo da atividade financeira do Estado é assegurar a realização de necessidades públicas, é correto afirmar que os meios de manutenção do Estado são:

- a) criar e gerir os recursos financeiros necessários à consecução das finalidades do Estado.
- b) prever e fixar os recursos financeiros necessários à consecução das finalidades do Estado.
- c) arrecadar e despende os recursos financeiros necessários à consecução das finalidades do Estado.
- d) obter, gerir e aplicar os recursos financeiros necessários à consecução das finalidades do Estado.

17. Apesar de serem instituídas por Leis ordinárias, os instrumentos orçamentários possuem um rito legislativo diferenciado, ou seja, as Leis Orçamentárias são criadas por meio de processo legislativo especial. A respeito disso, as etapas que melhor correspondem à sequência do denominado ciclo orçamentário são:

- a) elaboração; apreciação legislativa; execução e acompanhamento; controle e avaliação.
- b) preparação; análise e encaminhamento; autorização e execução; avaliação e controle.
- c) construção de agenda; formulação da política; processo decisório; implementação; avaliação.
- d) análise técnica; elaboração e revisão; aprovação; autorização; execução e avaliação.

18. No processo orçamentário, após o envio do projeto de Lei Orçamentária ao Poder Legislativo, os parlamentares podem apresentar emendas para atendimento das demandas que alterem o texto inicial, sendo admitidas emendas que, entre outros requisitos legais:

- a) indiquem quaisquer despesas de capital e(ou) correntes a serem canceladas.
- b) sejam realizadas com base nos valores das transferências tributárias.
- c) sejam compatíveis com a lei de diretrizes orçamentárias (LDO).
- d) aumentem a previsão de receitas prevista na lei orçamentária.

19. O Plano Plurianual (PPA) é doutrinariamente conhecido como o planejamento estratégico de médio prazo da Administração Pública brasileira que contém os projetos e as atividades que o Governo pretende realizar, ordenando suas ações e visando à consecução de objetivos e metas a serem atingidas. Sobre o Plano Plurianual, é correto afirmar que:

- a) deve ser estabelecido por lei de iniciativa do Poder Legislativo até quatro meses antes do final do primeiro exercício financeiro do mandato do novo presidente, e devolvido para a sanção até o encerramento da sessão legislativa.
- b) dentre outros fins, como planejamento estratégico de médio prazo, o PPA deve oferecer elementos para que os controles interno e externo possam relacionar a execução física e financeira com os resultados da atuação do governo.
- c) a lei que o instituir deverá estabelecer, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração Pública Federal para as despesas, com exceção das despesas de capital e delas decorrentes.
- d) toda ação do Governo está estruturada em programas orientados para a realização dos objetivos estratégicos definidos no PPA para o período de cinco anos, intercalado em dois mandatos presidenciais.

20. A Constituição Federal do Brasil estabelece, em seu Art. 165, § 2º, o conteúdo da Lei de Diretrizes, que deve

- a) estabelecer as metas e prioridades da administração pública federal.
- b) estabelecer as diretrizes, objetivos e metas da administração pública, de forma regionalizada.
- c) indicar as prioridades de gastos a serem utilizados para executar as políticas públicas.
- d) fixar o limite de gastos com pessoal que o governo poderá dispensar.

21. O Orçamento público é o instrumento de gestão de maior relevância e provavelmente o mais antigo da administração pública. É um instrumento que os governos usam para organizar os seus recursos financeiros. Partindo da intenção inicial de controle, o orçamento público tem evoluído e vem incorporando

novas instrumentalidades. Sobre o tema, analise as afirmativas a seguir:

- I. No Brasil, o orçamento reveste-se de diversas formalidades legais. Sua existência está prevista constitucionalmente, materializada anualmente em uma lei específica que “estima a receita e fixa despesa” para um determinado exercício.
- II. As receitas e as despesas poderão ser realizadas mesmo se não forem previstas ou incorporadas ao orçamento.
- III. A Lei de Orçamento conterà a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica, financeira e programa de trabalho do governo, obedecidos os princípios de isonomia, da publicidade e da semestralidade.
- IV. Além da clássica função de controle político, o orçamento apresenta outras funções mais contemporâneas, do ponto de vista administrativo, gerencial, contábil e financeiro. No Brasil, a função incorporada mais recentemente foi a função de planejamento, que está ligada à técnica de orçamento por programas. De acordo com essa ideia, o orçamento deve espelhar as políticas públicas, propiciando sua análise pela finalidade dos gastos.

Com efeito, é correto o que se afirma:

- a) apenas em II e III.
- b) apenas em I, III e IV.
- c) apenas em I e IV.
- d) apenas em I e II.

22. A CRFB/88 estabelece vedações, em seu art. 167, que visam assegurar que os recursos sejam utilizados com responsabilidade, de forma planejada e transparente, ou que não sejam dilapidados para favorecimento de outras despesas. Sendo vedado:

- a) a vinculação de receitas próprias e dos Fundos de Participação dos Estados e Municípios para pagamentos de débitos e prestação de garantia ou contragarantia com a União.
- b) a realização de despesas e/ou a assunção de obrigações por meio de créditos orçamentários ou adicionais.
- c) a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital.
- d) a utilização de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir

necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos, inclusive mediante autorização legislativa específica.

23. As Receitas Orçamentárias são disponibilidades de recursos financeiros que ingressam de forma permanente nos cofres públicos durante o exercício financeiro. Tais receitas, segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), passam por estágios ou etapas. Nesse sentido, assinale dentre as alternativas abaixo a etapa da Receita Orçamentária que corresponde à entrega dos recursos devidos ao Tesouro pelos contribuintes ou devedores, por meio dos agentes arrecadadores ou instituições financeiras autorizadas pelo ente.

- a) Arrecadação.
- b) Recolhimento.
- c) Previsão.
- d) Lançamento.

24. Os dispêndios, assim como os ingressos, são classificados em orçamentários e extraorçamentários. Uma das características dos ingressos extraorçamentários é que:

- a) suas restituições não se sujeitam à autorização legislativa.
- b) constituem dívida consolidada ou fundada do ente da federação.
- c) podem ser destinados à cobertura de créditos extraordinários.
- d) são registrados como superávit financeiro.

25. Os ingressos extraorçamentários são recursos financeiros de caráter temporário, que não fazem parte do orçamento público como, por exemplo:

- a) operação de crédito, amortização de empréstimos e alienação de bens.
- b) multas, penalidades e juros incidentes sobre a dívida ativa.
- c) indenizações, restituições, multas e ressarcimentos.
- d) depósitos em caução e fianças.

26. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP 8ª edição), a classificação da receita segundo a sua natureza é desdobrada em categoria econômica, origem, espécie, desdobramento para identificação das peculiaridades da receita e tipo. Nesse sentido, marque a alternativa

que identifica a receita segundo a sua categoria econômica:

- a) Receita efetiva e receita de impostos.
- b) Receitas correntes e receitas de capital.
- c) Receita tributária e receita de investimentos.
- d) Receita originária e receita de contribuições.

27. O Município de “Vacina sim” recebeu de uma empresa que se instalou na região rural, doação em dinheiro destinada à construção de um hospital público. Considere que não havia nenhuma previsão orçamentária relativa a essa receita. Nessa situação, a Prefeitura

- a) deve registrar a doação como receita futura, de forma que seja prevista no exercício financeiro seguinte.
- b) não deve registrar a receita, já que não havia previsão orçamentária.
- c) deve registrar a receita como receita orçamentária.
- d) deve registrar a receita como extraorçamentária.

28. Uma entidade pública deve registrar no sistema de controle contábil e orçamentário duas receitas distintas: a primeira, no montante de R\$ 5.000,00, não estava prevista na Lei Orçamentária anual; e a segunda, no montante de R\$ 12.000,00, tem caráter temporário e devolutivo. As classificações possíveis para essas receitas são, respectivamente,

- a) orçamentária e extraorçamentária.
- b) Corrente e extraorçamentária.
- c) extraorçamentária e orçamentária.
- d) de transferência e extraorçamentária.

29. A despesa pública pode ser classificada segundo sua natureza, sendo um dos seus desdobramentos a classificação por categoria econômica. Essa classificação segrega as despesas em corrente e de capital, conforme sua contribuição direta ou indireta para a formação ou aquisição de um bem de capital.

À vista disso, considere as seguintes despesas executadas por um ente público durante o exercício:

Aquisição de notebooks	R\$ 6.500,00
Juros da dívida	R\$ 5.000,00
Diárias	R\$ 1.700,00

Aquisição de Material de Consumo	R\$ 1.800,00
Obrigações patronais	R\$ 5.500,00
Restituição de cauções	R\$ 3.000,00
Amortização do principal da dívida	R\$ 8.000,00
Pagamento da folha de pessoal ativo	R\$ 25.000,00
Serviços de limpeza e conservação	R\$ 1.500,00
Aquisição de equipamentos hospitalares	R\$ 15.000,00
Compra de passagens aéreas	R\$ 4.000,00
Pagamento de operações de crédito por ARO	R\$ 5.000,00
Pagamento da folha de pessoal Inativo	R\$ 15.000,00
Compra de Veículos	R\$ 25.000,00
Pagamento de restos a pagar	R\$ 1.500,00

As despesas correntes e de capital somaram, em reais, respectivamente:

- a) 64.500,00 e 54.500,00.
- b) 59.500,00 e 59.500,00.
- c) 61.000,00 e 57.500,00.
- d) 59.500,00 e 54.500,00.

30. Para permitir a análise das despesas públicas por diferentes ângulos foram definidas classificações orçamentárias que as identifiquem, fundamentais para realizar o controle, programação da execução e avaliação das despesas, bem como para dar transparência à gestão dos recursos públicos. A classificação da despesa que possibilita identificar as unidades administrativas responsáveis pela execução da despesa, ou seja, os órgãos que gastam os recursos consignados no orçamento é a:

- a) funcional.
- b) por fonte.
- c) por natureza.
- d) institucional.

31. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP 8ª edição), os dispêndios, assim como os ingressos, são tipificados em orçamentários e extraorçamentários. Dessa forma, são exemplos de despesas classificadas como extraorçamentárias os pagamentos de:

- a) dívida fundada e dívida fluante.
- b) consignações de folha de pessoal e restos a pagar.
- c) pessoal e encargos e amortização de empréstimos contraídos.
- d) empréstimos concedidos e operação de crédito por ARO.

32. Em uma secretaria de determinado ente público existe um servidor especialmente designado para acompanhar os processos de despesa referentes a contratos de fornecimento de material. Dentre as atividades realizadas por esse servidor, há a identificação da origem e objeto da despesa, a importância exata a pagar e a quem se deve pagar. Para isso, o servidor utiliza-se de alguns documentos para dar suporte ao seu trabalho, como o contrato e o comprovante de entrega dos bens. Portanto, a atividade descrita refere-se ao estágio do (a):

- a) empenho.
- b) liquidação.
- c) planejamento.
- d) pagamento.

33. São consideradas restos a pagar as despesas empenhadas e não pagas até o dia 31 de dezembro do exercício financeiro, distinguindo-se as processadas das não processadas. À vista disso, e diante dos números de execução orçamentária de um determinado ente, descritos abaixo, marque a alternativa que contém o montante de despesas inscritas em restos a pagar processados e não processados, respectivamente, no exercício de 2020:

Despesa Fixada para 2020	\$
30.000,00	
Despesa Paga em 2020	\$
25.000,00	
Despesa Empenhada em 2020	\$
27.200,00	
Despesa Liquidada em 2020	\$
26.500,00	

- a) 1.500,00 e 2.800,00.
- b) 1.500,00 e 700,00.
- c) 700,00 e 1.500,00.
- d) 3.500,00 e 700,00.

34. Assinale a opção correta a respeito da conceituação das despesas de exercícios anteriores:

- a) refere-se a despesas cujo desembolso destina-se ao pagamento de restos pagar inscritos em exercícios anteriores.
- b) são despesas desembolsadas em exercícios anteriores, mas gerada no exercício corrente.
- c) despesas pagas no exercício atual, mas que não possuem crédito próprio com saldo suficiente no exercício atual.
- d) são despesas orçamentárias.

35. Conforme disposto na Lei Complementar nº 101/2000, especificamente no que tange às definições e limites das Despesas com Pessoal (art. 18 da LRF), assinale a alternativa correta.

- a) A Lei de Responsabilidade Fiscal exclui do cômputo da despesa com pessoal os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos.
- b) Para a apuração da despesa total com pessoal, será observada a remuneração líquida do servidor, podendo ser deduzidas ainda despesas como Imposto de Renda, Contribuição Social, Férias e verbas de caráter indenizatórias.
- c) A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos 11 (onze) imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência, independentemente de empenho.
- d) Para fins de Lei de Responsabilidade Fiscal entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do ente da Federação com ativos e pensionistas civis, excluindo-se desse cálculo as despesas com inativos, mandatos eletivos, membros de Poder e Militares e encargos sociais.

36. A Lei de Responsabilidade Fiscal em seu art. 19 definiu limites de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionistas para todos os entes federativos. Nesse sentido, assinale a alternativa abaixo que estabelece o limite máximo de despesa com pessoal que o Estado do Rio Grande do Norte não poderá exceder em cada período de apuração.

- a) 40% da Receita Corrente Líquida.
- b) 70% da Receita Corrente Líquida.
- c) 60% da Receita Corrente Líquida.
- d) 75% da Receita Corrente Líquida.

37. Com relação a repartição dos limites globais de despesas com pessoal em cada ente da federação, marque dentre as alternativas abaixo a opção que estabelece o limite máximo de despesa com pessoal do Poder Executivo Municipal.

- a) 54% da Receita Corrente Líquida.
- b) 65% da Receita Corrente Líquida.
- c) 60% da Receita Corrente Líquida.
- d) 41,9% da Receita Corrente Líquida.

38. Com a finalidade de promover o controle das despesas com pessoal dentro dos parâmetros de gestão fiscal responsável e equilibrada, a Lei de Responsabilidade estabeleceu que o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao final do mandato do titular de Poder ou órgão referido no art. 20 da LRF é:

- a) Ato discricionário do gestor público.
- b) Permitido, desde que haja dotação orçamentária suficiente.
- c) Facultativo em qualquer situação fiscal ou orçamentária.
- d) Nulo de pleno direito.

39. Com relação ao Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) e considerando as normas estabelecidas na Lei de Responsabilidade Fiscal (art.52), assinale a alternativa correta.

- a) O Relatório Resumido de Execução Orçamentária é o demonstrativo que apura o limite de despesas com pessoal ao final de cada semestre, incluindo as dívidas consolidada e mobiliária de cada Poder ou órgão.
- b) O Balanço Patrimonial é um dos demonstrativos que compõem o Relatório Resumido de Execução Orçamentária, que especificará, por categoria econômica, as receitas por fonte.
- c) O Relatório Resumido de Execução Orçamentária abrangerá todos os Poderes e o Ministério Público, e será publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre.
- d) O Relatório Resumido de Execução Orçamentária será publicado pelo Poder Legislativo ao final de cada quadrimestre, independente das receitas realizadas e das despesas empenhadas no período de apuração.

40. Os Tribunais de Contas alertarão os Poderes ou órgãos referidos no art. 20, da Lei de Responsabilidade Fiscal, quando constatarem que a despesa com pessoal ultrapassou os limites estabelecido na lei. Nesse contexto, assinale a alternativa que estabelece o limite de despesa com pessoal que ensejará o alerta (art. 59, §1º, da LRF) por parte dos Tribunais de Contas aos Poderes e órgão.

- a) 105% do limite legal de despesas com pessoal estabelecido no art. 20 da LRF, devendo o percentual excedente ser eliminado no quadrimestre seguinte, independente de qualquer vedação legal.
- b) 90% do limite de despesa com pessoal, conforme limites globais e específicos estabelecido no art. 20 da LRF.
- c) Cabe ao Poder Judiciário verificar os cálculos dos limites da despesa total com pessoal de cada Poder e órgão referido no art. 20 da LRF, com vistas a manutenção do equilíbrio da separação dos poderes (art. 59, §2º).
- d) Caso o Poder Executivo Estadual atinja 39,2% do limite de despesa com pessoal será alertado pelo Tribunal de Contas da União de que está impedido de receber transferências voluntárias.

**PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA ESTAGIÁRIOS DE PÓS-GRADUAÇÃO NO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
(EDITAL Nº 001/2021 – TCE/RN)**

ÁREA DE FORMAÇÃO: DIREITO

NOME DO CANDIDATO(A): _____

NÚMERO DE INSCRIÇÃO: _____ **CPF:** _____



CADERNO DE PROVA OBJETIVA:

PARTE I (CONHECIMENTOS GERAIS) E PARTE II (CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS)

Instruções:

- Este caderno contém 40 (quarenta) questões do tipo múltipla escolha, com quatro opções (A, B, C e D), sendo 10 (dez) questões de Conhecimentos Gerais e 30 (trinta) questões sobre Conhecimentos Específicos, conforme conteúdo programático contido no Edital.
- Na folha de respostas o(a) candidato(a) deverá preencher apenas o campo correspondente a letra que contém à resposta julgada correta.
- Não serão permitidas a comunicação entre os candidatos e a utilização de máquinas calculadoras ou similares, livros, anotações, réguas de cálculo, impressos ou qualquer outro material de consulta, inclusive códigos e (ou) legislação.
- Durante a realização das provas o(a) candidato(a) somente poderá portar a caneta esferográfica de tinta preta fabricada em material transparente e documento de identidade original.
- Não será permitido o uso de lápis, lapiseira/grafite, marca-texto e (ou) borracha durante a realização da prova.
- Será eliminado o candidato que, durante a realização das provas, for surpreendido portando: a) aparelhos eletrônicos, tais como: máquinas calculadoras, agendas eletrônicas ou similares, telefones celulares, smartphones, tablets, iPod, gravadores, pendrive, mp3 player ou similar, qualquer receptor ou transmissor de dados e mensagens, bipe, notebook, Walkman, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc.; b) relógio de qualquer espécie, óculos escuros e protetor auricular; c) quaisquer acessórios de chapelaria, tais como: chapéu, boné, gorro etc.
- O ingresso e a permanência de candidato(a) no local de aplicação das provas será condicionado à utilização de máscara de proteção individual que cubra total e simultaneamente boca e nariz.
- A recusa em utilizar a máscara corretamente implicará a eliminação da prova e a retirada do(a) candidato(a) do local de aplicação.
- O(a) candidato(a) poderá portar álcool em gel, desde que em material transparente, para uso pessoal.
- Poderá ser solicitado ao(à) candidato(a) que retire a máscara, durante toda a realização do concurso para a vistoria visual.
- Somente serão permitidos lanches de rápido consumo, desde que armazenados em material transparente e sem rótulos que impeçam a visualização de seu conteúdo.
- O(a) candidato(a) deverá retirar a máscara apenas para se alimentar e recolocá-la imediatamente após terminar.
- O(a) candidato(a) poderá portar garrafa de água em material transparente e sem rótulo.
- A prova terá duração máxima de 3 (três) horas, no período das 09h00min às 12h00min.
- O(a) candidato(a) deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização das provas por, no mínimo, 1h30min após o seu início. A inobservância acarretará a eliminação do(a) candidato(a) do processo seletivo.
- O(a) candidato(a) somente poderá retirar-se levando consigo o caderno de provas após 2h30min do início das provas.
- Os 3 (três) últimos candidatos deverão permanecer nas respectivas salas até que o(a) último(a) candidato(a) entregue a prova.

PARTE I – CONHECIMENTOS GERAIS.

1. Nos termos do Regimento Interno, o Tribunal de Contas do RN é dirigido por um Presidente, eleito dentre os seus membros, conjuntamente com um Vice-Presidente, para mandato de dois anos, em sistema de rodízio, de livre escolha. Segundo o regimento, a reeleição do atual Presidente para segundo mandato contínuo no mesmo cargo:

- a) É vedada, exceto quando o Presidente obtiver a maioria de dois terços dos votos da totalidade dos membros do Tribunal, incluindo os Auditores substitutos de Conselheiros, sendo, neste caso, considerado reeleito.
- b) É permitida em todos os casos.
- c) É vedada.
- d) É permitida, desde que obtenha parecer favorável do Ministério Público de Contas.

2. Nos termos do Regimento Interno, as suspeições e impedimentos de Conselheiros serão arguidos voluntariamente por estes ou pelas partes interessadas. Os casos de suspeição ou impedimento:

- a) Poderão ser arguidos a qualquer tempo, exceto durante a própria sessão designada para julgamento.
- b) Reconhecidos pelo excepto ou pelo Tribunal ensejarão ao processo sua regular tramitação sem a designação de substituto ou novo Relator, exceto se o recusado for o Presidente do Tribunal, hipótese em que a substituição ocorrerá na ordem estabelecida na legislação.
- c) Não reconhecidos pelo excepto serão decididos pelo Tribunal em sessão secreta, por maioria simples de voto, com participação do Ministério Público junto ao Tribunal.
- d) Serão julgados independentemente das disposições previstas no Código de Processo Civil.

3. O Auditor do Tribunal de Contas do RN também é chamado de Conselheiro-Substituto nos termos na Lei Complementar Estadual nº 625/2018. Segundo o Regimento Interno do TCE/RN, os Auditores:

- a) Quando em substituição ao Conselheiro, têm as mesmas garantias e impedimentos dos titulares, e quando no exercício das demais atribuições da judicatura, as de Juiz da mais alta entrância.
- b) Desde que contem com mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade

profissional; tenham idoneidade moral e reputação ilibada, poderão ter menos de trinta e cinco anos de idade.

c) Sempre votarão nos processos cuja instrução presidirem.

d) Atuarão, todos, perante o Pleno do Tribunal, não integrando as Câmaras de Contas, exclusivas dos Conselheiros titulares.

4. Os membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do RN:

a) Podem requerer e opinar, somente por escrito, em todas as matérias sujeitas à decisão da Corte.

b) Participam das sessões, com direito a voto, e intervêm, obrigatoriamente, nos processos de prestação ou tomada de contas.

c) Serão os últimos a serem ouvidos antes do julgamento de recurso interposto por eles.

d) Terão vista dos autos se novos documentos ou alegações forem juntados ao processo após o seu pronunciamento.

5. Nos termos do Regimento Interno, a Secretaria de Controle Externo, subordinada diretamente ao Presidente, executa as atividades de controle externo a cargo do Tribunal. Por outro lado, a Secretaria de Administração Geral tem por finalidade acompanhar e supervisionar os serviços de apoio administrativo necessários ao desempenho da função institucional do Tribunal, em consonância com o planejamento estratégico e as diretrizes da Presidência. A respeito das referidas Secretarias e dos servidores que nelas atuam, assinale a alternativa CORRETA:

a) A Secretaria de Controle Externo tem a atribuição exclusiva de propor ao Presidente do Tribunal a lotação e remoção dos servidores.

b) Ao servidor, no exercício das atividades funcionais, é vedado atuar em processo de interesse próprio, de cônjuge, de parente consanguíneo ou afim, na linha reta ou na colateral, até o segundo grau, ou de amigo íntimo ou inimigo capital, assim como em processo em que tenha funcionado como advogado, perito ou servidor do Controle Interno.

c) As atividades de expediente, de gestão de material e patrimônio, de administração orçamentária e financeira, de pessoal e gerencial do Tribunal são a principal atribuição da Secretaria de Controle Externo.

d) A Secretaria de Administração Geral assessora a Presidência do Tribunal no

encaminhamento dos pedidos de fiscalização formulados pelo Poder Legislativo.

6. Acerca das competências do TCE/RN, dispostas em seu próprio Regimento Interno, compete ao Tribunal de Contas do RN:

- a) Fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União ao Estado, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres.
- b) Solucionar consulta formulada sobre caso concreto, por órgão ou entidade sujeita à sua jurisdição, sobre a interpretação de lei em matéria abrangida pelo controle externo, tendo a decisão caráter normativo.
- c) Emitir parecer prévio sobre as contas anuais dos secretários estaduais.
- d) Julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos das unidades dos poderes do Estado, dos Municípios e das entidades de sua administração direta e indireta, nestas incluídas as autarquias, fundações públicas, fundos especiais, sociedades instituídas ou mantidas pelo poder público estadual e municipal, as entidades do terceiro setor e outras qualificadas na forma da lei para prestação de serviços públicos.

7. Consoante disposto no Regimento Interno do TCE/RN, NÃO compete ao Tribunal de Contas do RN:

- a) Aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesas ou irregularidade grave, a pena de demissão.
- b) Fiscalizar o cálculo das quotas-partes e a entrega dos respectivos recursos pertencentes aos Municípios, provenientes de impostos arrecadados e recebidos pelo Estado.
- c) Manter registro próprio das declarações de bens e respectivas atualizações dos dirigentes e servidores sujeitos à sua jurisdição.
- d) Fiscalizar a arrecadação da receita do Estado e dos Municípios, bem como de seus órgãos e entidades da administração direta e indireta, dos fundos e demais instituições sujeitas à sua jurisdição, verificando, quanto à presteza e eficácia, a cobrança da dívida ativa e a renúncia de receitas.

8. João, responsável por entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado que recebe contribuição parafiscal e presta serviço de interesse público, procurou um advogado para saber se a

jurisdição do TCE/RN abrange sua atuação. Seu advogado corretamente informou que, de acordo com o Regimento Interno:

- a) Não abrange, tendo em vista que João é responsável por entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado.
- b) Sim, abrange, sobre a totalidade dos recursos administrados por João, independentemente da origem.
- c) Sim, abrange, mas somente da parcela referente aos recursos públicos recebidos pela entidade.
- d) Não abrange, tendo em vista que não há previsão regulamentar nesse sentido.

9. Nos termos do Regimento Interno, NÃO integra o Tribunal de Contas do RN:

- a) A Ouvidoria.
- b) A Comissão de Jurisprudência.
- c) A Escola de Contas.
- d) O Ministério Público de Contas.

10. João, Prefeito de um município do Estado do RN, formulou uma consulta ao TCE/RN e estava em dúvida se o caso deveria ser decidido pelo Tribunal Pleno ou por uma das Câmaras de Contas. Em consulta ao seu advogado, ele foi corretamente informado que, de acordo com o Regimento Interno do TCE/RN:

- a) Apesar de João ser Prefeito de um município do Estado do RN, sua consulta será decidida pelo Pleno, em sessão ordinária.
- b) Apesar de João ser Prefeito de um município do Estado do RN, sua consulta será decidida pelo Pleno, em sessão especial.
- c) Tendo em vista que João é Prefeito de um município do Estado do RN, sua consulta será decidida por uma das Câmaras de julgamento, em sessão ordinária.
- d) Tendo em vista que João é Prefeito de um município do Estado do RN, sua consulta será decidida por uma das Câmaras de julgamento, em sessão especial.

PARTE II – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.

11. O Congresso Nacional deve exercer o controle externo da Administração Pública mediante o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete, dentre outras atribuições:

- I. Apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser

elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.

II. Apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como os atos de concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.

III. Julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário.

IV. Aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa.

- a) I e III corretos.
- b) II, III e IV corretos.
- c) II e III corretos.
- d) I, II e III corretos.

12. Considerando o texto da Constituição Estadual do Rio Grande do Norte, assinale a alternativa CORRETA a respeito da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, bem como sobre o Tribunal de Contas:

a) Os Conselheiros do Tribunal de Contas, em número de sete (7), são escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco (35) e menos de sessenta e cinco (65) anos de idade, de idoneidade moral, reputação ilibada e notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos, financeiros ou de administração pública, com mais de 5 (cinco) anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos mencionados.

b) O controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, é exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete julgar as contas do Governador do Estado, dos administradores dos Poderes e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, inclusive das fundações, empresas públicas, autarquias, sociedades de economia mista e demais sociedades instituídas ou

mantidas pelo Poder Público; e, as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário.

c) Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela dão ciência ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilidade subsidiária.

d) A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e de todas as entidades da administração direta e indireta compreende, dentre outras situações, o cumprimento do programa de trabalho expresso em termos monetários e em termos de realização de obras e prestação de serviços.

13. A respeito dos deveres e direitos individuais e coletivos, assinale a alternativa CORRETA:

a) A inviolabilidade de domicílio garante que ninguém poderá entrar na casa do indivíduo sem o consentimento do morador, salvo em caso de desastre; para prestar socorro; em situação de flagrante delito; e, para cumprir determinação judicial.

b) O *habeas corpus* e *habeas data* se assemelham por serem ações gratuitas.

c) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, sem necessidade de aviso prévio à autoridade competente, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.

d) Constitui crime inafiançável, imprescritível e insuscetível de graça ou anistia a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.

14. Alice, servidora pública, teve deferida a sua aposentadoria em abril de 2014. Em julho de 2019, foi comunicada por sua repartição de origem que o Tribunal de Contas do Estado, por ocasião do respectivo registro, detectou ilegalidades no cálculo dos seus proventos e decidiu que deveriam ser reduzidos. Alice, surpresa com o próprio envio do processo de aposentadoria ao Tribunal de Contas, solicitou orientação do seu advogado. O advogado respondeu que o procedimento do Tribunal de Contas do Estado está:

a) Incorreto, pois nos casos de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão, se a demora da Corte de Contas para apreciar o registro for superior a cinco anos, o STF entendeu que o Tribunal de Contas não

poderá mais rever esse ato. Neste caso, esgotado o prazo, considera-se que a aposentadoria, reforma ou pensão está definitivamente registrada, ainda que não tenha havido a análise pelo Tribunal de Contas.

b) Correto, pois ao Tribunal de Contas compete apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão.

c) Correto, pois na apreciação dos atos iniciais de concessão de aposentadoria, reforma e pensões, a análise é feita tanto da legalidade, quanto da conveniência e oportunidade, ensejando a possibilidade de a referida Corte, inclusive, anular o deferimento da aposentadoria.

d) Incorreto, pois o Tribunal de Contas não tem competência para analisar o cálculo dos proventos de aposentadoria.

15. Conforme disposto, de forma expressa, na Constituição Federal de 1988, acerca do servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, assinale a assertiva CORRETA:

a) O servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, não sendo possível optar pela sua remuneração.

b) O servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, terá seu tempo de serviço contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento.

c) O servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, que venha a ser investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será facultado optar pela remuneração.

d) O servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, que venha a ser investido no exercício de mandato eletivo, na hipótese de ser segurado de regime próprio de previdência social, não permanecerá

filiado a esse regime, no ente federativo de origem.

16. A respeito do controle de constitucionalidade e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal aplicada ao tema, assinale a alternativa CORRETA.

a) A entidade de classe, que não representa a totalidade de sua categoria profissional, não possui legitimidade ativa para ajuizamento de ações de controle concentrado de constitucionalidade.

b) É admitido o aditamento da petição inicial da ADI para a inclusão de novos dispositivos legais, mesmo após o recebimento das informações dos requeridos e das manifestações do Advogado-Geral da União e do Procurador-Geral da República.

c) Ainda que afastado cautelarmente de suas funções — por força do recebimento de denúncia por crime comum —, o Governador de Estado continua tendo legitimidade ativa para a propositura de ação direta de inconstitucionalidade.

d) A alteração do parâmetro constitucional, quando o processo já está em curso, prejudica o conhecimento da ADI.

17. Considerando os princípios que regem a Administração Pública, assinale a alternativa CORRETA:

I. De acordo com o princípio da indisponibilidade do interesse público, os interesses públicos não se encontram à livre disposição do gestor público.

II. Conforme o princípio da supremacia do interesse público, a Administração Pública está sempre acima dos direitos e garantias individuais.

III. O princípio da segurança jurídica assegura que seja prestada a assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovem insuficiência de recursos.

IV. Segundo o princípio da continuidade do serviço público, o serviço público, atendendo às necessidades essenciais da coletividade, como regra, não deve parar.

a) II e IV corretas.

b) I e IV corretas.

c) I, II, e IV corretas.

d) III e IV corretas.

18. Com relação à nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/21), assinale a alternativa CORRETA:

a) São abrangidas pelas disposições da Lei 14.133/2021 as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as suas

subsidiárias, regidas pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

b) Não se subordinam ao regime da Lei 14.133/2021, contratos que tenham por objeto operação de crédito, interno ou externo, e gestão de dívida pública, incluídas as contratações de agente financeiro e a concessão de garantias relacionadas a esses contratos.

c) A Lei 14.133/2021 não se aplica às locações.

d) Considera-se compra imediata aquela com prazo de entrega de até 15 (quinze) dias da ordem de fornecimento.

19. A respeito da administração pública, nos termos do que dispõe o texto da nossa Carta Maior, assinale a alternativa INCORRETA.

a) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.

b) A administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.

c) As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

d) Não há óbice que os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário possam ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

20. A competência para sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa é:

a) Exclusiva do Supremo Tribunal Federal.

b) Exclusiva do Senado Federal.

c) Exclusiva da Câmara dos Deputados.

d) Exclusiva do Congresso Nacional.

21. Assinale a alternativa CORRETA a respeito das alterações do contrato administrativo, segundo a Lei 14.133/2021 (nova lei de licitações):

a) A administração pode modificar unilateralmente quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de

fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários.

b) A administração pode modificar unilateralmente quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela própria lei de licitações.

c) A administração pode modificar unilateralmente quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço.

d) A administração pode modificar unilateralmente para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

22. Assinale a alternativa que NÃO está de acordo com o entendimento sumulado do STF a respeito dos vencimentos dos servidores públicos.

a) Não ofende a constituição a correção monetária no pagamento com atraso dos vencimentos de servidores públicos.

b) Pode o Poder Judiciário aumentar vencimentos de servidores públicos com fundamento no princípio da isonomia.

c) O direito ao auxílio-alimentação não se estende aos servidores inativos.

d) Ressalvada a revisão prevista em lei, os proventos da inatividade regulam-se pela lei vigente ao tempo em que o militar, ou o servidor civil, reuniu os requisitos necessários.

23. Considerando as regras contidas no artigo 40 da Constituição Federal, com as alterações introduzidas pela Emenda à Constituição Federal nº 103, de 12/11/2019, assinale a alternativa CORRETA:

a) Poderão ser estabelecidos por lei ordinária do respectivo ente federativo, idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de servidores com deficiência, posteriormente submetidos a avaliação

biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.

b) O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

c) Poderão ser estabelecidos por lei complementar do respectivo ente federativo, idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de servidores cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes, permitida a caracterização por categoria profissional ou ocupação.

d) É permitida a instituição de novos regimes próprios de previdência social, cabendo à lei complementar federal estabelecer normas gerais de organização, de funcionamento e de responsabilidade em sua gestão.

24. Levando em consideração o teor dos artigos 28 e 29 da Constituição do Estado do Rio Grande do Norte, com as alterações introduzidas pela Emenda Constitucional nº 20/2020, marque a alternativa CORRETA:

a) Para fins de composição de proventos de aposentadoria, é permitida a incorporação de vantagens - de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão - à remuneração do cargo efetivo.

b) O servidor abrangido pelo regime próprio de previdência social será aposentado voluntariamente, aos 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher, e aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem; e, no âmbito dos Municípios, na idade mínima estabelecida mediante emenda às respectivas Leis Orgânicas, observados o tempo de contribuição e os demais requisitos estabelecidos em lei ordinária do respectivo ente federativo.

c) Aplica-se ao agente público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, de outro cargo temporário, inclusive mandato eletivo, ou de emprego público, o Regime Próprio de Previdência Social.

d) O servidor abrangido pelo regime próprio de previdência social será aposentado por incapacidade permanente para o trabalho, no cargo em que estiver investido, quando

insuscetível de readaptação, hipótese em que será obrigatória a realização de avaliações periódicas para verificação da continuidade das condições que ensejaram a concessão da aposentadoria, na forma de lei do respectivo ente federativo.

25. Sobre as regras de direito adquirido, de acordo com a expressa disposição do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, o servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que ingressou no serviço público até a data de publicação da Emenda 41/2003, poderia se aposentar com proventos integrais, que correspondiam à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria, na forma da lei, quando preenchesse, cumulativamente, as seguintes condições:

a) Cinquenta e três anos de idade, se homem, e quarenta e oito anos de idade, se mulher; cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria; tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de trinta e cinco anos, se homem, e trinta anos, se mulher; e, um período adicional de contribuição equivalente a vinte por cento do tempo que, na data de publicação da Emenda, faltaria para atingir o limite de tempo para se aposentar.

b) Sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta e dois anos de idade, se mulher; trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher; vinte anos de efetivo exercício no serviço público; quinze anos de carreira e cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria.

c) Sessenta anos de idade, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade, se mulher; trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher; vinte anos de efetivo exercício no serviço público; dez anos de carreira e cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria.

d) Sessenta anos de idade, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade, se mulher; cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria; tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de trinta anos, se homem, e vinte e cinco anos, se mulher; e, um período adicional de contribuição equivalente a quarenta por cento do tempo que, na data de publicação da

Emenda, faltaria para atingir o limite de tempo para se aposentar.

26. Ainda sobre as regras de direito adquirido, conforme o disposto na Emenda Constitucional nº 47/2005, o servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, poderia se aposentar com fundamento na regra do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, desde que preenchidas cumulativamente as condições previstas nos incisos I, II e III do referido art. 3º, se tivesse:

- a) Requerido a aposentadoria até 05 de dezembro de 2005.
- b) Ingressado no serviço público até 19 de dezembro de 2003.
- c) Ingressado no serviço público até 16 de dezembro de 1998.
- d) Requerido a aposentadoria até 31 de dezembro de 2003.

27. Sobre os beneficiários e dependentes do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do RN (disciplinado pela Lei Complementar Estadual nº 308/2005), assinale a alternativa CORRETA:

- a) São beneficiários, na qualidade de dependentes do segurado: o cônjuge; a companheira; o companheiro, inclusive do mesmo sexo; o filho não emancipado, menor de vinte e um anos ou inválido de qualquer idade; os pais; o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de vinte e um anos ou inválido de qualquer idade.
- b) O filho e o irmão manterão a condição de dependentes até os vinte e cinco anos, se ainda estiverem frequentando curso em estabelecimento de ensino superior ou escola técnica de segundo grau.
- c) O divorciado, o cônjuge separado judicialmente ou de fato, ou o ex-companheiro, desde que recebam pensão de alimentos, não concorrem em igualdade de condições com os demais dependentes pelo período fixado na sentença judicial que arbitrar a pensão alimentícia.
- d) Não se equiparam aos filhos, o enteado e o menor tutelado, ainda que exista declaração escrita do segurado e seja comprovada a dependência econômica.

28. De acordo com o art. 95 da Lei Complementar nº 464/2012, os atos de pessoal sujeitos a registro:

- a) Não compreendem as pensões de que sejam beneficiários os dependentes dos

servidores públicos civis estaduais e municipais.

b) Não compreendem, nos casos de aposentadoria, reforma, pensão e transferência para a reserva remunerada, as melhorias posteriores que alteram o fundamento legal do ato.

c) Compreendem a aposentadoria de servidores civis estaduais, da administração direta e indireta, excluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

d) Compreendem a aposentadoria de servidores civis estaduais e municipais, da administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

29. No que diz respeito às normas processuais civis, ao exercício da função jurisdicional, à ação e à competência, relativamente ao Direito Processual Civil brasileiro, assinale a opção CORRETA:

a) Com o advento do atual Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), não mais se permite a concessão de tutela provisória de urgência ou de evidência sem a prévia oitiva da parte contra a qual é postulada.

b) A norma processual retroagirá e será aplicável imediatamente aos processos em curso, inclusive aos atos processuais praticados e às situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma processual revogada.

c) A ausência de qualquer das condições da ação, ainda que não arguida em preliminar da contestação, poderá ser suscitada pelo réu em suas razões de recurso.

d) Reconhecida a conexão entre ações por lhes ser comum o pedido ou a causa de pedir, os processos respectivos serão reunidos para decisão conjunta, mesmo que um deles já tenha sido julgado ou que a reunião implique modificação de competência absoluta do juízo.

30. Quanto aos sujeitos processuais, de acordo com o Direito Processual Civil, encontra-se CORRETA a alternativa:

a) Verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o juiz proferirá, de plano, sentença terminativa, de extinção do processo sem resolução do mérito, haja vista a constatação de vício insanável.

b) O Estado do Rio Grande do Norte será representado em juízo, ativa e passivamente, por seus procuradores. Já o Município será

representado em juízo, ativa e passivamente, por seu prefeito ou procurador.

c) Em suas relações com a parte adversa, os litisconsortes serão considerados como um único litigante, razão pela qual os atos comissivos ou omissivos de um litisconsorte beneficiarão e prejudicarão os demais litisconsortes.

d) O *amicus curiae* não poderá recorrer de qualquer decisão prolatada no processo em que tenha sido admitida a sua intervenção, já que o Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015) não lhe confere legitimidade recursal.

31. Quanto às partes, aos procuradores, ao juiz e aos atos praticados por tais sujeitos do processo, encontra-se CORRETA a opção:

a) O advogado não será admitido a postular em juízo sem procuração, ainda que pretenda evitar preclusão, decadência ou prescrição, ou praticar ato considerado urgente.

b) É vedado ao juiz determinar medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou subrogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial.

c) O advogado poderá renunciar ao mandato a qualquer tempo, provando, na forma prevista no Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), que comunicou a renúncia ao mandante, a fim de que este nomeie sucessor.

d) A transação, a renúncia ao direito de recorrer e a desistência da ação são atos das partes consistentes em declarações de vontade que somente produzirão efeitos após homologação judicial.

32. De acordo com o Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015),

a) Nos casos em que deva intervir no processo como fiscal da ordem jurídica, o Ministério Público terá vista dos autos antes das partes e não poderá produzir provas.

b) A intimação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual, e será efetivada em até 30 (trinta) dias a partir da propositura da ação.

c) Haverá impedimento do juiz quando este houver funcionado no processo como membro do Ministério Público.

d) A tutela provisória conserva sua eficácia na pendência do processo, podendo, a qualquer tempo, ser revogada ou modificada, mas não conservará a eficácia durante o período de suspensão processual.

33. Sobre os atos e prazos processuais no Direito Processual Civil brasileiro, assinale a alternativa CORRETA:

a) Em todos os atos e termos do processo é obrigatório o uso da língua portuguesa. O documento redigido em língua estrangeira somente poderá ser juntado aos autos quando acompanhado de versão para a língua portuguesa tramitada por via diplomática ou pela autoridade central, ou firmada por tradutor juramentado.

b) Os prazos processuais em dias, estabelecidos por lei ou pelo juiz, contar-se-ão em dias corridos, prorrogando-se o prazo até o primeiro dia útil se o vencimento cair em feriado.

c) Os atos processuais serão realizados em dias úteis, das 8 (oito) às 18 (dezoito) horas, sendo concluídos após as 18 (dezoito) horas os atos iniciados antes, quando o adiamento prejudicar a diligência ou causar grave dano.

d) O Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015) consagra o princípio da liberdade das formas. Porém, quando a lei prescrever determinada forma, o juiz considerará nulo o ato se realizado de outro modo, ainda que lhe alcance a finalidade.

34. Marque a alternativa que se encontra em consonância com o Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015):

a) Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor. A revelia, porém, não produz o efeito mencionado quando o litígio versar sobre direitos indisponíveis.

b) Pendendo causa entre 2 (duas) ou mais pessoas, o terceiro juridicamente interessado em que a sentença seja favorável a uma delas não poderá intervir no processo para assisti-la, já que a assistência não é mais permitida no atual Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015).

c) Os juízes podem assinar os despachos eletronicamente, na forma da lei, sendo-lhes proibida a assinatura eletrônica das decisões interlocutórias, das sentenças e dos acórdãos.

d) A parte que alegar direito municipal, estadual, estrangeiro ou consuetudinário provar-lhe-á, de imediato, o teor e a vigência, independentemente de determinação do juiz.

35. Sobre os processos nos tribunais, a ação rescisória e o sistema recursal do

Direito Processual Civil, marque a alternativa CORRETA:

- a) Os juízes e tribunais estão dispensados de observar os acórdãos em incidente de assunção de competência ou de resolução de demandas repetitivas e em julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos.
- b) O recorrente poderá, a qualquer tempo, desde que haja anuência do recorrido e de seus eventuais litisconsortes, desistir do recurso interposto.
- c) Os embargos de declaração opostos intempestivamente interrompem o prazo para interposição de recurso pelo embargante.
- d) A decisão de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando for proferida por juiz impedido ou por juízo absolutamente incompetente.

36. No processo orçamentário, após o envio do projeto de Lei Orçamentária ao Poder Legislativo, os parlamentares podem apresentar emendas para atendimento das demandas que alterem o texto inicial, sendo admitidas emendas que, entre outros requisitos legais:

- a) indiquem quaisquer despesas de capital e(ou) correntes a serem canceladas.
- b) sejam compatíveis com a lei de diretrizes orçamentárias (LDO).
- c) sejam realizadas com base nos valores das transferências tributárias.
- d) aumentem a previsão de receitas prevista na lei orçamentária.

37. O Plano Plurianual (PPA) é doutrinariamente conhecido como o planejamento estratégico de médio prazo da Administração Pública brasileira que contém os projetos e as atividades que o Governo pretende realizar, ordenando suas ações e visando à consecução de objetivos e metas a serem atingidas. Sobre o Plano Plurianual, é CORRETO afirmar que:

- a) deve ser estabelecido por lei de iniciativa do Poder Legislativo até quatro meses antes do final do primeiro exercício financeiro do mandato do novo presidente, e devolvido para a sanção até o encerramento da sessão legislativa.
- b) a lei que o instituir deverá estabelecer, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração Pública Federal para as despesas, com exceção das despesas de capital e delas decorrentes.
- c) dentre outros fins, como planejamento estratégico de médio prazo, o PPA deve

oferecer elementos para que os controles interno e externo possam relacionar a execução física e financeira com os resultados da atuação do governo.

- d) toda ação do Governo está estruturada em programas orientados para a realização dos objetivos estratégicos definidos no PPA para o período de cinco anos, intercalado em dois mandatos presidenciais.

38. A CRFB/88 estabelece vedações, em seu art. 167, que visam assegurar que os recursos sejam utilizados com responsabilidade, de forma planejada e transparente, ou que não sejam dilapidados para favorecimento de outras despesas. Sendo vedada:

- a) a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital.
- b) a vinculação de receitas próprias e dos Fundos de Participação dos Estados e Municípios para pagamentos de débitos e prestação de garantia ou contragarantia com a União.
- c) a realização de despesas e/ou a assunção de obrigações por meio de créditos orçamentários ou adicionais.
- d) A utilização de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos, inclusive mediante autorização legislativa específica.

39. Com a finalidade de promover o controle das despesas com pessoal dentro dos parâmetros de gestão fiscal responsável e equilibrada, a Lei de Responsabilidade Fiscal estabeleceu que o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao final do mandato do titular de Poder ou órgão referido no art. 20 da LRF é:

- a) Ato discricionário do gestor público.
- b) Permitido, desde que haja dotação orçamentária suficiente.
- c) Facultativo em qualquer situação fiscal ou orçamentária.
- d) Nulo de pleno direito.

40. Os Tribunais de Contas alertarão os Poderes ou órgãos referidos no art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal quando constatarem que a despesa com pessoal ultrapassou os limites estabelecido na lei. Nesse contexto, assinale a alternativa que estabelece o limite de despesa com

peçoal que ensejará o alerta (art.59, §1º da LRF) por parte dos Tribunais de Contas aos Poderes e órgãos.

a) 105% do limite legal de despesas com peçoal estabelecido no art. 20 da LRF, devendo o percentual excedente ser eliminado no quadrimestre seguinte, independente de qualquer vedação legal.

b) Cabe ao Poder Judiciário verificar os cálculos dos limites da despesa total com peçoal de cada Poder e órgão referido no art. 20 da LRF, com vistas à manutenção do equilíbrio da separação dos poderes (art. 59, §2º).

c) Caso o Poder Executivo Estadual atinja 39,2% do limite de despesa com peçoal, será alertado pelo Tribunal de Contas da União de que está impedido de receber transferências voluntárias.

d) 90% do limite de despesa com peçoal, conforme limites globais e específicos estabelecido no art. 20 da LRF.

**PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA ESTAGIÁRIOS DE PÓS-GRADUAÇÃO NO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
(EDITAL Nº 001/2021 – TCE/RN)**

ÁREA DE FORMAÇÃO: ENGENHARIA CIVIL

NOME DO CANDIDATO(A): _____

NÚMERO DE INSCRIÇÃO: _____ **CPF:** _____



CADERNO DE PROVA OBJETIVA:

PARTE I (CONHECIMENTOS GERAIS) E PARTE II (CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS)

Instruções:

- Este caderno contém 40 (quarenta) questões do tipo múltipla escolha, com quatro opções (A, B, C e D), sendo 10 (dez) questões de Conhecimentos Gerais e 30 (trinta) questões sobre Conhecimentos Específicos, conforme conteúdo programático contido no Edital.
- Na folha de respostas o(a) candidato(a) deverá preencher apenas o campo correspondente a letra que contém à resposta julgada correta.
- Não serão permitidas a comunicação entre os candidatos e a utilização de máquinas calculadoras ou similares, livros, anotações, réguas de cálculo, impressos ou qualquer outro material de consulta, inclusive códigos e (ou) legislação.
- Durante a realização das provas o(a) candidato(a) somente poderá portar a caneta esferográfica de tinta preta fabricada em material transparente e documento de identidade original.
- Não será permitido o uso de lápis, lapiseira/grafite, marca-texto e (ou) borracha durante a realização da prova.
- Será eliminado o candidato que, durante a realização das provas, for surpreendido portando: a) aparelhos eletrônicos, tais como: máquinas calculadoras, agendas eletrônicas ou similares, telefones celulares, smartphones, tablets, iPod, gravadores, pendrive, mp3 player ou similar, qualquer receptor ou transmissor de dados e mensagens, bipe, notebook, Walkman, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc.; b) relógio de qualquer espécie, óculos escuros e protetor auricular; c) quaisquer acessórios de chapelaria, tais como: chapéu, boné, gorro etc.
- O ingresso e a permanência de candidato(a) no local de aplicação das provas será condicionado à utilização de máscara de proteção individual que cubra total e simultaneamente boca e nariz.
- A recusa em utilizar a máscara corretamente implicará a eliminação da prova e a retirada do(a) candidato(a) do local de aplicação.
- O(a) candidato(a) poderá portar álcool em gel, desde que em material transparente, para uso pessoal.
- Poderá ser solicitado ao(à) candidato(a) que retire a máscara, durante toda a realização do concurso para a vistoria visual.
- Somente serão permitidos lanches de rápido consumo, desde que armazenados em material transparente e sem rótulos que impeçam a visualização de seu conteúdo.
- O(a) candidato(a) deverá retirar a máscara apenas para se alimentar e recolocá-la imediatamente após terminar.
- O(a) candidato(a) poderá portar garrafa de água em material transparente e sem rótulo.
- A prova terá duração máxima de 3 (três) horas, no período das 09h00min às 12h00min.
- O(a) candidato(a) deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização das provas por, no mínimo, 1h30min após o seu início. A inobservância acarretará a eliminação do(a) candidato(a) do processo seletivo.
- O(a) candidato(a) somente poderá retirar-se levando consigo o caderno de provas após 2h30min do início das provas.
- Os 3 (três) últimos candidatos deverão permanecer nas respectivas salas até que o(a) último(a) candidato(a) entregue a prova.

PARTE I – CONHECIMENTOS GERAIS.

1. Nos termos do Regimento Interno, o Tribunal de Contas do RN é dirigido por um Presidente, eleito dentre os seus membros, conjuntamente com um Vice-Presidente, para mandato de dois anos, em sistema de rodízio, de livre escolha. Segundo o regimento, a reeleição do atual Presidente para segundo mandato contínuo no mesmo cargo:

- a) É vedada, exceto quando o Presidente obtiver a maioria de dois terços dos votos da totalidade dos membros do Tribunal, incluindo os Auditores substitutos de Conselheiros, sendo, neste caso, considerado reeleito.
- b) É vedada.
- c) É permitida em todos os casos.
- d) É permitida, desde que obtenha parecer favorável do Ministério Público de Contas.

2. Nos termos do Regimento Interno, as suspeições e impedimentos de Conselheiros serão arguidos voluntariamente por estes ou pelas partes interessadas. Os casos de suspeição ou impedimento:

- a) Poderão ser arguidos a qualquer tempo, exceto durante a própria sessão designada para julgamento.
- b) Não reconhecidos pelo excepto serão decididos pelo Tribunal em sessão secreta, por maioria simples de voto, com participação do Ministério Público junto ao Tribunal.
- c) Reconhecidos pelo excepto ou pelo Tribunal ensejarão ao processo sua regular tramitação sem a designação de substituto ou novo Relator, exceto se o recusado for o Presidente do Tribunal, hipótese em que a substituição ocorrerá na ordem estabelecida na legislação.
- d) Serão julgados independentemente das disposições previstas no Código de Processo Civil.

3. O Auditor do Tribunal de Contas do RN também é chamado de Conselheiro-Substituto nos termos na Lei Complementar Estadual nº 625/2018. Segundo o Regimento Interno do TCE/RN, os Auditores:

- a) Desde que contem com mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional; tenham idoneidade moral e reputação ilibada, poderão ter menos de trinta e cinco anos de idade.
- b) Quando em substituição ao Conselheiro, têm as mesmas garantias e impedimentos

dos titulares, e quando no exercício das demais atribuições da judicatura, as de Juiz da mais alta entrância.

- c) Sempre votarão nos processos cuja instrução presidirem.
- d) Atuarão, todos, perante o Pleno do Tribunal, não integrando as Câmaras de Contas, exclusivas dos Conselheiros titulares.

4. Os membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do RN:

- a) Podem requerer e opinar, somente por escrito, em todas as matérias sujeitas à decisão da Corte.
- b) Participam das sessões, com direito a voto, e intervêm, obrigatoriamente, nos processos de prestação ou tomada de contas.
- c) Serão os últimos a serem ouvidos antes do julgamento de recurso interposto por eles.
- d) Terão vista dos autos se novos documentos ou alegações forem juntados ao processo após o seu pronunciamento.

5. Nos termos do Regimento Interno, a Secretaria de Controle Externo, subordinada diretamente ao Presidente, executa as atividades de controle externo a cargo do Tribunal. Por outro lado, a Secretaria de Administração Geral tem por finalidade acompanhar e supervisionar os serviços de apoio administrativo necessários ao desempenho da função institucional do Tribunal, em consonância com o planejamento estratégico e as diretrizes da Presidência. A respeito das referidas Secretarias e dos servidores que nelas atuam, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A Secretaria de Controle Externo tem a atribuição exclusiva de propor ao Presidente do Tribunal a lotação e remoção dos servidores.
- b) As atividades de expediente, de gestão de material e patrimônio, de administração orçamentária e financeira, de pessoal e gerencial do Tribunal são a principal atribuição da Secretaria de Controle Externo.
- c) Ao servidor, no exercício das atividades funcionais, é vedado atuar em processo de interesse próprio, de cônjuge, de parente consanguíneo ou afim, na linha reta ou na colateral, até o segundo grau, ou de amigo íntimo ou inimigo capital, assim como em processo em que tenha funcionado como advogado, perito ou servidor do Controle Interno.
- d) A Secretaria de Administração Geral assessora a Presidência do Tribunal no

encaminhamento dos pedidos de fiscalização formulados pelo Poder Legislativo.

6. Acerca das competências do TCE/RN, dispostas em seu próprio Regimento Interno, compete ao Tribunal de Contas do RN:

- a) Fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União ao Estado, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres.
- b) Solucionar consulta formulada sobre caso concreto, por órgão ou entidade sujeita à sua jurisdição, sobre a interpretação de lei em matéria abrangida pelo controle externo, tendo a decisão caráter normativo.
- c) Julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos das unidades dos poderes do Estado, dos Municípios e das entidades de sua administração direta e indireta, nestas incluídas as autarquias, fundações públicas, fundos especiais, sociedades instituídas ou mantidas pelo poder público estadual e municipal, as entidades do terceiro setor e outras qualificadas na forma da lei para prestação de serviços públicos.
- d) Emitir parecer prévio sobre as contas anuais dos secretários estaduais.

7. Consoante disposto no Regimento Interno do TCE/RN, NÃO compete ao Tribunal de Contas do RN:

- a) Aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesas ou irregularidade grave, a pena de demissão.
- b) Fiscalizar o cálculo das quotas-partes e a entrega dos respectivos recursos pertencentes aos Municípios, provenientes de impostos arrecadados e recebidos pelo Estado.
- c) Manter registro próprio das declarações de bens e respectivas atualizações dos dirigentes e servidores sujeitos à sua jurisdição.
- d) Fiscalizar a arrecadação da receita do Estado e dos Municípios, bem como de seus órgãos e entidades da administração direta e indireta, dos fundos e demais instituições sujeitas à sua jurisdição, verificando, quanto à presteza e eficácia, a cobrança da dívida ativa e a renúncia de receitas.

8. João, responsável por entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado que recebe contribuição parafiscal e presta serviço de interesse público, procurou um advogado para saber se a

jurisdição do TCE/RN abrange sua atuação. Seu advogado corretamente informou que, de acordo com o Regimento Interno:

- a) Não abrange, tendo em vista que João é responsável por entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado.
- b) Sim, abrange, sobre a totalidade dos recursos administrados por João, independentemente da origem.
- c) Não abrange, tendo em vista que não há previsão regulamentar nesse sentido.
- d) Sim, abrange, mas somente da parcela referente aos recursos públicos recebidos pela entidade.

9. Nos termos do Regimento Interno, NÃO integra o Tribunal de Contas do RN:

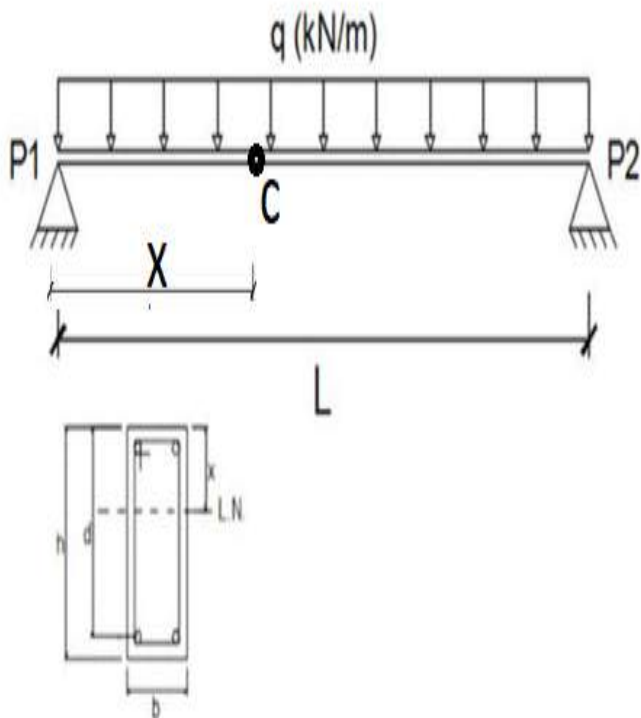
- a) A Ouvidoria.
- b) A Escola de Contas.
- c) A Comissão de Jurisprudência.
- d) O Ministério Público de Contas.

10. João, Prefeito de um município do Estado do RN, formulou uma consulta ao TCE/RN e estava em dúvida se o caso deveria ser decidido pelo Tribunal Pleno ou por uma das Câmaras de Contas. Em consulta ao seu advogado, ele foi corretamente informado que, de acordo com o Regimento Interno do TCE/RN:

- a) Apesar de João ser Prefeito de um município do Estado do RN, sua consulta será decidida pelo Pleno, em sessão especial.
- b) Apesar de João ser Prefeito de um município do Estado do RN, sua consulta será decidida pelo Pleno, em sessão ordinária.
- c) Tendo em vista que João é Prefeito de um município do Estado do RN, sua consulta será decidida por uma das Câmaras de julgamento, em sessão ordinária.
- d) Tendo em vista que João é Prefeito de um município do Estado do RN, sua consulta será decidida por uma das Câmaras de julgamento, em sessão especial.

PARTE II – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.

11. A Figura a seguir representa uma viga biapoiada na qual incide um carregamento uniforme distribuído de 65 kgf/m vencendo um vão de 35 m e que é simplesmente apoiado em dois pilares que não impedem a sua livre deformação. Considerando que a extensão de $X = 12$ m o módulo do momento fletor no ponto C é de:



- a) 9953 kgf/m.
 b) 8280 kgf/m.
 c) 8970 kgf/m.
 d) 7020 kgf/m.

12. Supondo que a sua empresa foi sondada para indicar uma estimativa do preço a ser cobrado pela construção de uma residência tipo padrão alto (R-8) cuja área total é de 420 m², sabendo que os benefícios e despesas indiretas (BDI) é de 25% e que os serviços não considerados na metodologia do custo unitário básico (CUB/m²) correspondem a um incremento de 10% sobre o valor base de referência, visando a inclusão dos custos da fundação e equipamentos. Com isso, com base nas tabelas de indicadores dos custos do setor da construção civil do Sinduscon-RN abaixo ilustradas tem-se que o preço final para a construção é de aproximadamente:

VALORES EM R\$/m²

PROJETOS - PADRÃO RESIDENCIAIS

PADRÃO BAIXO		PADRÃO NORMAL		PADRÃO ALTO	
R-1	1.585,53	R-1	1.883,81	R-1	2.313,27
PP-4	1.439,76	PP-4	1.831,98	R-8	1.922,35
R-8	1.381,06	R-8	1.577,89	R-16	2.026,32
PIS	1.041,91	R-16	1.524,99		

PROJETOS - PADRÃO COMERCIAIS CAL (Comercial Andares Livres) e CSL (Comercial Salas e Lojas)

PADRÃO NORMAL		PADRÃO ALTO	
CAL-8	1.842,02	CAL-8	1.963,85
CSL-8	1.591,34	CSL-8	1.716,42
CSL-16	2.124,34	CSL-16	2.292,57

PROJETOS - PADRÃO GALPÃO INDUSTRIAL (GI) E RESIDÊNCIA POPULAR (RP1Q)

RP1Q	1.499,19
GI	867,27

- a) R\$ 807.387.
 b) R\$ 1.009.234.
 c) R\$ 1.110.157.
 d) R\$ 1.160.618.

13. Aplicando o princípio de pareto na planilha orçamentária a seguir defina a respectiva ordem dos principais serviços que respondem na curva ABC por pelo menos 80% dos custos totais.

serviços	custos
serviços preliminares	R\$ 22.203,00
fundações	R\$ 111.016,00
alvenaria	R\$ 166.524,00
revestimentos	R\$ 133.219,00
concreto armado	R\$ 333.047,00
piso	R\$ 99.914,00
cobertura	R\$ 144.320,00
pintura	R\$ 22.203,00
instalações hidrosanitárias	R\$ 33.305,00
instalações elétricas	R\$ 33.305,00
paisagismo	R\$ 11.102,00
TOTAL =	R\$ 1.110.158,00

- a) concreto armado; alvenaria; cobertura; revestimento e fundações.
 b) alvenaria; concreto armado; piso e cobertura e serviços preliminares.
 c) concreto armado; instalações elétricas; piso; pintura e fundações
 d) concreto armado; alvenaria; revestimento; cobertura e piso

14. Com base nos diferentes tipos de fundações, quais sejam: i) consiste na escavação, manual ou mecânica, de um poço, até encontrar terreno firme, e na abertura de uma base alargada nesse terreno a fim de transmitir a carga do pilar através de uma pressão compatível com as características do terreno; ii) utilizadas essencialmente para transmissão de carga a camadas profundas do terreno, cravadas no solo e podendo responder a esforços de compressão, de tração e de flexão; iii) são placas contínuas em toda a área de construção para transferência das cargas em terrenos de baixa resistência (fraco) e a espessura da camada do solo é relativamente profunda; iv) aplicada em terrenos firmes e profundidades relativamente pequenas. A alternativa que expressa corretamente as respectivas definições é:

- a) tubulão; estaca; radier e sapata corrida.
- b) estaca; tubulão; sapata corrida e radier.
- c) sapata corrida; tubulão; radier e estaca.
- d) tubulão; radier; sapata corrida e estaca.

15. O valor da vazão de contribuição da média máxima atual de águas residuárias a ser coletada, transportada e tratada, oriunda de uma comunidade cuja população é 12.350 hab, consumo per capta de 200 l/hab.dia; coeficiente de reforço $K1.K2 = 2$; relação esgoto/água = 0,8; taxa de infiltração de 0,0005 l/s.m; extensão da rede de 30,3 km e contribuição industrial de 260m³/dia; é:

- a) 50,26 l/s.
- b) 70,76 l/s.
- c) 61,19 l/s.
- d) 63,90 l/s.

16. A operação que consiste em evitar a retração hidráulica nas primeiras idades do concreto, quando a sua resistência ainda é pequena, denomina-se:

- a) Adensamento.
- b) Cura.
- c) Dosagem.
- d) Revibração.

17. Ensaio utilizado para determinação da resistência de um concreto aplicado:

- a) Slump test.
- b) Dosagem racional.

- c) Rompimento de corpo de prova.
- d) Densidade dos agregados.

18. Qual a menor altura que deve ter o fundo de um reservatório para que tenhamos uma pressão mínima na torneira igual a 0,2 kg/cm², desprezando as perdas de cargas na tubulação?

- a) 2 metros.
- b) 20 metros.
- c) 0,2 metro.
- d) 0,8 metro.

19. Entende-se por exsudação do concreto:

- a) A segregação dos agregados, no momento do lançamento do concreto.
- b) A falta de aderência do concreto à armadura.
- c) efeito devido ao baixo fator água-cimento.
- d) A tendência da água vir à superfície, no concreto fresco recém lançado.

20. Numa linha de recalque a velocidade econômica foi de 1,05 m/s para uma vazão fornecida pelas bombas de 450 m³/h. O diâmetro da linha vale:

- a) 0,82m.
- b) 0,50m.
- c) 0,6m.
- d) 0,39m.

21. A soma dos termos da equação $z + P/\gamma + v^2/2g$, que representa o teorema de Bernoulli é:

- a) Constante.
- b) Nula.
- c) Variável com a posição considerada.
- d) Variável independente da posição.

22. Segundo as definições da NBR 5674/1999, da ABNT, a intervenção realizada sobre a edificação e suas partes constituintes, com a finalidade de conservar ou recuperar a sua capacidade funcional é denominada:

- a) reforma de edificação.
- b) sistema de manutenção.
- c) inspeção.
- d) serviço de manutenção.

23. Assinale a alternativa correta e relacionada com o projeto geométrico de uma rodovia:

- a) O ensaio do grau de compactação é utilizado para definir o projeto geométrico.

b) Uma das fases preliminares que antecede os trabalhos de execução do projeto geométrico propriamente dito é a constituída pelos estudos de traçado, que tem por objetivo principal a delimitação dos locais convenientes para a passagem da rodovia ou via urbana.

c) Os serviços de terraplenagem antecedem os estudos do projeto geométrico.

d) Aterros são segmentos que requerem escavação no terreno natural para se alcançar a linha de greide projetado no projeto geométrico.

24. Dentre os principais serviços de terraplenagem podemos citar:

a) Cortes, Empréstimos, aterros e bota-foras.

b) Tratores de esteira, bueiros, sarjetas e pontes.

c) Imprimação, drenos profundos, fundações e forma.

d) Densidade in situ, granulometria, taxa de ligante e canteiro de obra.

25. A operação na execução de uma estrada, que é destinada a conformar seu leito estradal, transversal e longitudinalmente, compreendendo cortes ou aterros até 20 cm, denomina-se:

a) Escarificação.

b) Imprimação.

c) Regularização.

d) Caminho de serviço.

26. Em obras rodoviárias entende-se por empréstimos escavações efetuadas em locais previamente definidos para a obtenção de materiais destinados à complementação de volumes necessários para aterros. Isto se deve principalmente:

a) Por insuficiência de volume nos cortes, ou por razões de ordem qualitativa de materiais, ou de ordem econômica (elevadas distâncias de transporte).

b) Por questão econômica para elevar o custo da obra.

c) Por escolha pessoal do gerente da obra.

d) Para possibilitar o uso dos equipamentos que se encontram disponíveis ou obsoletos.

27. O teor de umidade de um solo (%) cujo peso da amostra úmida foi de 50g e o peso da amostra seca em estufa até a constância de peso foi de 48,8g vale aproximadamente:

a) 0,97%.

b) 2,5%.

c) 0,25%.

d) 5%.

28. Qual a quantidade de água necessária para compactação de um aterro com um volume igual a 1000m^3 , cujo solo apresentou em ensaio de laboratório uma densidade máxima igual a $2,0\text{ Ton/m}^3$ e uma umidade ótima igual a 8%? (considerar que o material (solo) esteja seco em seu estado natural, desejando-se uma compactação = 100%):

a) 400 l.

b) 160 l.

c) 1000 l.

d) 360 l.

29. O que são solos aluvionares?

a) Solos formados pela ação do vento.

b) Solos que mantêm a estrutura original da rocha-mãe.

c) Aqueles de decomposição das rochas que se encontram no próprio local em que se formaram.

d) Solos provenientes de deposições sucessivas de materiais transportados e depositados pelos cursos de água.

30. Qual sentença abaixo se refere a orçamento preliminar?

a) É a estimativa de custo baseada em um parâmetro de custo médio conhecido.

b) É a estimativa de custo baseada no custo de obras semelhantes.

c) É o orçamento realizado que possui quantificado todos os insumos que serão consumidos na obra.

d) É o orçamento realizado em um projeto incompleto, onde não estão definidos todos os elementos da obra.

31. Acerca de orçamento de obra, qual afirmação não é verdadeira?

a) O regime de execução e prazo da obra devem ser considerados.

b) É o resultado do custo direto mais as despesas indiretas e lucro.

c) As concessões exigem orçamentos mais precisos do que as empreitadas.

d) Local da obra, clima local e taxa básica de juros devem ser observados.

32. Marque a alternativa que define preço.

a) Refere-se ao valor que o mercado aceita pagar.

- b) É o valor monetário de quanto se gasta para se produzir algo.
- c) É o custo direto acrescido do lucro e das despesas indiretas.
- d) É o custo direto acrescido dos impostos.

33. Em relação ao BDI, assinale a alternativa correta.

- a) É o elemento orçamentário destinado a cobrir todas as despesas que numa obra ou serviço classificam-se como indiretas acrescida do lucro.
- b) Incorpora vários impostos: ISS, ICMS, COFINS e PIS.
- c) É calculado considerando todos os insumos consumidos na obra.
- d) Remunera administração local, central e ferramentas.

34. A produtividade é elemento fundamental para a redução dos custos de uma obra, especificadamente em relação à elaboração das planilhas de custo unitário do orçamento, qual das afirmações sobre produtividade é verdadeira?

- a) É imprescindível para converter os custos horários de mão de obra e equipamentos em custos por unidade de serviço.
- b) Possibilita o cálculo do BDI e a apropriação do lucro.
- c) Permite reduzir os encargos sociais e o custo da mão de obra.
- d) Serve para apropriar no orçamento os custos com materiais.

35. Acerca dos componentes do BDI, assinale a alternativa correta.

- a) O orçamentista deve ficar atento à legislação tributária, pois o aumento da alíquota do imposto de renda para pessoa jurídica terá forte impacto e deverá alterar significativamente a composição do BDI de uma obra.
- b) A parcela de riscos costuma ser maior nas empreitadas sob o regime de execução a preço global do que naquelas contratadas a preços unitários.
- c) No caso de uma obra de abastecimento de água, no qual a compra de tubos de ferro fundido representa cerca de 50% do valor da obra, é justo remunerar o construtor pelo serviço de aquisição dos tubos nos mesmos patamares do BDI considerado para o assentamento desse material, pois são serviços intimamente relacionados.

- d) As despesas indiretas definidas na rubrica de "administração central" podem ser calculadas facilmente pelo orçamentista da administração pública, pois elas independem da quantidade de obras que a construtora executa simultaneamente.

36. O fiscal de contratos de obras e serviços de engenharia tem papel importantíssimo durante todo o processo de execução contratual. Via de regra ele pode ser responsabilizado por débitos originados de falhas na fiscalização, tais como:

- a) Medição e atesto da execução de serviços não realizados ou executados em quantidades diferentes do que foi contratado.
- b) Medição de serviços executados em desconformidades com as especificações técnicas.
- c) Recebimento indevido de obra/serviço sem o cumprimento de todas as obrigações contratuais.
- d) Todas as opções anteriores.

37. Segundo a Lei 8.666/93, enquadra-se como modalidade de licitação:

- a) Concorrência.
- b) Tomada de Preços.
- c) Convite.
- d) Todas as alternativas anteriores.

38. Imagine a seguinte situação: a Administração pública contratou a construção de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) por meio de licitação com base na Lei 8.666/93. O prazo de execução previsto era de 30 meses e a data base do orçamento definida contratualmente como a da data da apresentação da proposta. Com fundamento no Art. 40, XI e Art. 55, III da Lei 8.666/93, a contratada:

- a) Terá direito a reajuste 12 meses a partir da Ordem de Serviço.
- b) Terá direito a reajuste 24 meses a partir da data base do orçamento ou da apresentação da proposta
- c) Terá direito a reajuste 12 meses a partir da data base do orçamento ou da apresentação da proposta.
- d) Terá direito a reajuste a partir da conclusão da obra.

39. O Departamento de Estradas e Rodagens (DER) resolveu licitar a construção de uma ponte. Para facilitar a maneira de realizar as medições definiu no edital etapas e marcos objetivamente

estabelecidos. Desta forma o regime de execução indicado seria:

- a) Empreitada por preço unitário.
- b) Empreitada por preço global.
- c) Tarefa.
- d) Empreitada integral.

40. Nos contratos regidos pela Lei 8.666/93, nas alterações unilaterais demandadas pela Administração o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos e supressões de até 25% do valor inicial contratado. No caso de edifícios ou equipamentos, o limite para acréscimos será de até:

- a) 50%.
- b) 20%.
- c) 30%.
- d) 40%.